

XXIV ENCONTRO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA

Peso da Régua - 7, 8 e 9 de Abril de 2010

Geografia, Património e Turismo



PROGRAMA

09:30 -10:00

Recepção dos participantes

10:00

Café

10:30

Sessão de Abertura

António Dias Leite

Director Regional da Educação do Norte

Paula Araújo da Silva

Directora Regional de Cultura do Norte

Fernanda Prata Professora de Geografia

Comissão Organizadora Local

Emilia Sande Lemos

Presidente da Associação de Professores de Geografia

Nuno Manuel Sousa Pinto Carvalho Gonçalves

Presidente da Câmara Municipal de Peso da Régua

11:00

Conferência de Abertura

Carmina Cavaco

Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa

14:00 -17:00

Painel *“ O rio, do curso ao percurso”*

Maria Elisa Preto Gomes

Departamento de Geologia da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Nuno Fazenda

Comissão de Coordenação da Região do Norte – Projecto da Estrutura de Missão do Douro

Rui Cortes

Departamento de Ciências Florestais e Arquitectura Paisagista da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Joaquim Gonçalves

Delegação do Norte e Douro do Instituto Português Transportes Marítimos

Manuel Pinho de Miranda

EDP - Gestão da Produção de Energia

Álvaro Domingues

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

17:30

Visita ao Museu do Douro

07:30	Assembleia Geral de Sócios¹
09:00 – 11:00	<p>Painel “ O xisto, a vinha e a gente”</p> <p>Ana Lavrador Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa</p> <p>Nuno Pizarro Magalhães Departamento de Fitotecnia e Engenharia Rural da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro</p> <p>José Portela Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro</p> <p>Laura Regueiro Quinta da Casa Amarela, Vice-Presidente da Liga dos Amigos do Douro Património Mundial</p>
11:15	Café
11:30	<p>“O meu jardim na Europa”</p> <p>Agrupamento de Escolas de Lamações</p>
12:00	<p>GEORED</p> <p>Francisco Melo Ferreira Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho</p>
14:30 – 15:30	<p>“Regeneração urbana – Frente Douro, um projecto de parcerias com sucesso ”</p> <p>Paulo Moura Divisão de Planeamento e de Coordenação e Desenvolvimento Económico - Câmara Municipal de Peso da Régua</p>
15:30	Café
15:45	Conferência de Encerramento
17:00	<p>Alexandra Cerveira Lima Direcção do Parque Arqueológico do Vale do Côa</p> <p>Visita à Quinta da Casa Amarela</p>

¹ De acordo com os estatutos, não estando presentes 50 +1 dos sócios, a Assembleia Geral reúne uma hora mais tarde com qualquer número de sócios.

08:15

Visita de Estudo “Douro” Guiada por:

Francisco Sande Lemos, Arqueólogo;

Maria Helena Pina, Geógrafa – Departamento de Geografia, Faculdade de Letras – Universidade do Porto;

Susana Pereira, Geógrafa – IGOT – Universidade de Lisboa

Itinerário: Peso da Régua - Quinta do Seixo (Tabuaço) - Miradouro de São Salvador do Mundo - São João da Pesqueira - Vila Nova de Foz Côa/Pocinho - Torre de Moncorvo (Museu do Ferro, Igreja Matriz e Oficina Vinícola) - Vila Flor (Miradouro da Nossa Senhora da Lapa) - Peso da Régua

Conferência de Abertura

Carmina Cavaco

Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa

Turismo e património cultural

- Do turismo às viagens... das massas aos nichos
- O mundo turístico: psicocêntricos, cêntricos e alocêntricos
- Emergência de sociedades – mosaico: mosaicos culturais e de estilos de vida
- Rupturas com os padrões tradicionais de comportamento e afirmação do individualismo em contextos de grande liberdade, mobilidade, informação, possibilidades de escolha
- Diferenciação e complexificação das motivações e das práticas turísticas individuais e de grupo
- A afirmação dos alocêntricos: liberdade, individualidade, personalização, unicidade e autenticidade das experiências turísticas

Novas procuras

- Atração por outros ambientes, natural, social e cultural
- Fascínio pela realidade indígena: Polinésia pintada por Paul Gauguin
- Mística de África: África Minha e a paixão pela terra e pelas suas gentes
- A valorização das memórias: Comboios históricos
- Os desafios de adrenalina
- As experiências ousadas, sofisticadas e personalizadas
- O turismo da diáspora: emigrantes de retorno às origens
- Viagens socialmente responsáveis e o Voluntarismo: altruísmo e solidariedade
- Novas procuras: alguns exemplos

Inovações nas práticas e nos destinos

- Práticas turísticas de repouso, jogo, descoberta e os novos paradigmas
- Ciclo de vida de um produto/destino (R. Butler)
- Criação de novos espaços e lugares de turismo, renovações e recomeços de novos ciclos de vida

Valorização turística da cultura e do património

- Consumo turístico da cultura
- Consumo turístico do Património: natural, arqueológico, edificado, cultural e imaterial

Turismo étnico

- Procura, oferta e impactos
- Turismo étnico, turismo rural, ecoturismo e turismo comunitário de base local

Exemplos de procura e oferta de turismo étnico

- Aborígenes na Austrália
- Sami na Lapónia
- Incas em Cuzco (Peru)
- Afro - descendentes no Brasil. Candomblé, Iemanjá e quilombolas como recursos turísticos
- Descendentes de alemães e italianos no Rio Grande do Sul: a atractividade das suas heranças culturais

Maria Elisa Preto Gomes

Departamento de Geologia da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Aspectos geológicos e geomorfológicos da bacia hidrográfica do rio Douro

O rio Douro destaca-se no conjunto dos mais importantes cursos de água da Península Ibérica, pois, não só é o terceiro mais extenso (927 km), depois de Tejo e do Ebro, como drena a mais vasta das cinco grandes bacias hidrográficas peninsulares, com a área de cerca de 97 700 km². Em Portugal situa-se apenas um troço de 330 km, dos quais 122 (13 %) fazem a fronteira, drenando uma área com 18 700 km². A Bacia do Douro constitui aproximadamente um losango cujos vértices mais afastados correspondem à nascente, situada a 2 120 metros de altitude junto ao pico de Urbion (2 228 m), nos Montes Ibéricos, e à foz, no oceano Atlântico, no Porto. Os outros dois vértices situam-se respectivamente, nas cabeceiras dos rios Pisuerga, nos Montes Cantábricos, a Norte e do Tormes, na Cordilheira Central, a Sul. Esta extensa rede hidrográfica drena a mais vasta depressão interior da Península Ibérica – A Bacia Terciária do Douro, com mais de 3000m de espessura de sedimentos depositados entre o fim do Cretácico e o Pliocénico.

As rochas que actualmente afloram na bacia hidrográfica do Douro encerram uma história geológica muito remota. Os terrenos que deram origem à Península Ibérica, foram ocupando diferentes posições geográficas e sofrendo transformações profundas ao longo de milhões de anos, consequência do incessante movimento das placas tectónicas. Essas transformações ficaram registadas nas rochas como uma escrita, que só a Geologia permite decifrar, através dos minerais, dos fósseis e de estruturas tectónicas, isto é, da sua geodiversidade. O rio Douro atravessa formações geológicas diversificadas, que se comportam de modo diferente perante os agentes erosivos. Assim, cortando indiferentemente diversas formações geológicas, umas mais resistentes do que outras, beneficiando dos desníveis criados por soleiras de rocha dura e das fraquezas estruturais existentes, estabeleceu o traçado actual.

O rio atravessa quase toda a bacia na direcção Este-Oeste, dividindo-a em duas faixas assimétricas, pois os afluentes da margem direita são bastante mais extensos que os da margem esquerda, mas no troço de fronteira a direcção seguida é predominantemente NE-SW. O perfil longitudinal do Douro evidencia quatro secções: a da cabeceira, de perfil côncavo, tem cerca de 70 km de extensão, termina nas proximidades de Soria, durante os quais o rio desce, em

regime torrencial, cerca de mil metros, o que significa uma desnível muito acentuado. Nesta região, o substrato geológico é constituído essencialmente por rochas metamórficas do Câmbrico e por calcários do Jurássico. Ao entrar na província de Castela-Leão, de Soria a Zamora o rio desliza suavemente, com um pequeno declive, meandrizando com frequência sobre as formações terciárias; desce dos mil aos seiscentos metros numa extensão de 410 km. Atravessa, assim, a superfície da Meseta desenvolvida em rochas clásticas de idade cenozóica e calcários do Paleogénico e do Pliocénico, em áreas reduzidas. A Norte, na bacia, predominam formações metamórficas paleozóicas e a Sul predominam granitos do maciço central. A partir de Zamora, o Douro começa a encaixar-se, atinge as formações metamórficas paleozóicas e granitóides hercínicos, e vence rapidamente um desnível superior a 450 m em, apenas, 150 km. Aqui, o rio corre fortemente encaixado, com perfil longitudinal convexo e declive pouco uniforme, num planalto de cotas entre 750 e 850 m, formando em alguns locais, um vale de tipo canhão. Os espectaculares declives na zona de fronteira marcam a paisagem e são conhecidos por Arribas do Douro. A jusante, o troço terminal que o conduz ao Porto, com uma extensão de mais de 200 km, apresenta um declive muito suave. No território português dominam a Este, as rochas metamórficas do Câmbrico e Ordovícico e a Oeste, os granitos.

O percurso do Douro sofreu profundas modificações e várias interpretações têm sido feitas com base em dados geomorfológicos e sedimentológicos. Apesar de se encontrarem identificadas diversas fases de evolução da Bacia Terciária do Douro, em particular no seu sector proximal (Trás-os-Montes/Beira Alta), permanece desconhecida a idade da captura da drenagem endorreica efectuada para leste, pela drenagem atlântica. É contudo claro que no Cenozóico existiriam duas bacias na área da actual bacia do Douro, uma com drenagem endorreica para a Bacia Terciária do Douro e outra exorreica, pré-Douro, para o Atlântico. A tectónica alpina, em particular nas suas últimas fases entre o Tortoniano (Miocénico Terminal) e o Quaternário, bem como as oscilações climáticas e variações do nível do mar provocaram uma intensa erosão regressiva da rede atlântica. Este processo atingiu a dado momento o sector da Bacia Terciária do Douro em Espanha que iniciou, a partir desse momento, o seu gradual esvaziamento. Os sedimentos terciários, ainda estão hoje bem conservados na peneplanície salmantina-zamorana em Espanha e em pequenos afloramentos dispersos no NE de Portugal, nomeadamente no planalto mirândes, nas regiões de Bragança, Macedo de Cavaleiros e Nave de Haver (Guarda). O Douro, com os seus principais tributários, terá sido o grande responsável pela remoção desses sedimentos, exumando a antiga superfície de erosão e escavando um profundo vale onde estão conservados raros terraços plistocénicos. O Douro, dotado de grande energia e ajudado pela tectónica alpina, venceu todos os obstáculos,

adaptou-se a diversas fracturas, o que levou ao extraordinário encaixe do vale no território português.

A grande geodiversidade da bacia hidrográfica do Douro tem um papel determinante como suporte da biodiversidade, quer a nível da flora, com diversos endemismos, quer como *habitat* da fauna, sobretudo da avifauna. Assim, a geodiversidade e a biodiversidade, são o valor máximo a proteger, para a manutenção do equilíbrio ecológico desta bacia.

BIBLIOGRAFIA

Marques, B.S. & Pedrosa, A.S. - Aspectos geomorfológicos da bacia hidrográfica do Douro, consulta em 03/03/2010

<http://www.bragancanet.pt/bemposta/html/riodouro1.htm>.

Pereira, D.I. & Pereira, P. (Eds.) (2005). Geology as background for a top-class geological and cultural heritage in the Douro Region (Northern Portugal). IV Int. Symp. ProGEO on the Conservation of the Geological Heritage, Field Trip B Guide Book, Earth Sciences Centre, University of Minho, Braga, 131p.

Vera, j.A. (2004) Geología de España (ed.) SCE-IGME, Madrid, Mapa geologico adjunto 1:2 000 000.

Nuno Fazenda

Comissão de Coordenação da Região do Norte – Projecto da Estrutura de Missão do Douro

Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro 2007-2013 – Prioridades Estratégicas, Projectos e Acções.

A Estrutura de Missão do Douro (EMD), criada pela Resolução de Conselho de Ministros (RCM) n.º 116/2006, tem por missão «dinamizar acções para o desenvolvimento integrado da Região do Douro e promover a articulação entre as entidades da administração central e local com competências na região, bem como estimular a participação e a iniciativa da sociedade civil». Nos termos dessa RCM, a Estrutura de Missão serve o «objectivo principal de se constituir como um centro racionalizador da acção pública na Região, competindo-lhe, nomeadamente, «coordenar e zelar pela execução atempada dos programas e projectos públicos em curso com incidência na Região Demarcada do Douro».

Deste modo, a Estrutura de Missão do Douro tem a seu cargo, entre outras áreas de actuação, a coordenação e dinamização do Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro 2007-2013.

Assim, a presente intervenção incidirá no Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro 2007-2013 (PDTVD), salientando, nomeadamente os objectivos estratégicos, as tipologias de projectos prioritários e a identificação de alguns projectos/acções em curso. No contexto da Estratégia de desenvolvimento turístico do Douro serão ainda evidenciadas Redes de cooperação internacional em que o Destino Douro tem vindo a participar, tendo em vista a prossecução de objectivos de turismo sustentável e a internacionalização do Destino.

Rui Cortes

Departamento de Ciências Florestais e Arquitectura Paisagista da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

A bacia do douro: caracterização ecológica, usos da água, problemas e desafios

1) Introdução

Pretende-se neste documento, virado para especialista na área da Geografia, fazer uma síntese dos valores ambientais do Rio Douro, com especial ênfase para a biodiversidade, mas integrada na perspectiva mais global da Bacia Hidrográfica do Douro (sector português), da sua situação actual em termos de factores de perturbação e grau de alteração das massas de água. A apresentação a realizar tenta proceder a uma sùmula, que se pretende esclarecedora, sobre as múltiplas tarefas a desencadear para se agir dum modo integrado na defesa dos valores naturais da Bacia do Douro em face das pressões existentes.

2) Recursos hídricos e pressões antropogénicas

É sempre útil começar por recordar as diferenças e semelhanças entre Portugal e Espanha no que concerne às diferentes formas de utilização dos recursos de hídricos da Bacia do Douro. Uma rápida observação permite concluir pelos maiores gastos relativos em regadio no sector espanhol (perto do triplo da situação portuguesa), embora a disponibilidade de recursos seja claramente superior em termos de águas subterrâneas. Um valor de 16% de utilização em função das disponibilidades, apenas para o sector português, torna possível que uma análise menos atenta conclua por um certo desafogo, o que não se compagina com as a elevada retenção que se verifica em períodos secos. É importante ainda realçar que a capacidade total das albufeiras no sector espanhol é quase oito vezes mais elevada do que sector no português, apesar dos escoamentos serem apenas 1,5 vezes superiores.

Mas não é só de quantidade que devemos falar, dado que a qualidade da água é igualmente um valor fundamental. Se bem que exista uma considerável auto-depuração no sector português, permanece a máxima degradação da qualidade da água no sector internacional (ex. Albufeira de Miranda do Douro), o que evidencia a elevada eutrofização das massas de água que entram no território português e a conseqüente premência duma acção conjunta entre os dois países.

3) Caracterização dos valores naturais: flora e fauna

As áreas abrangidas pelos os Sítios de Importância Comunitária, isto é zonas designadas para a protecção de habitats ou espécies e que integram a Rede Natura 2000, são numerosas. A existência de 14 áreas abrangidas por este tipo de estatuto de conservação atesta bem a importância da Bacia sob o ponto de vista da biodiversidade. Será ainda de acrescentar a zona do Alto Douro Vinhateiro, incluída na lista do Património Universal da UNESCO e que é objecto dum Plano Integrado de Ordenamento do Território (PIOT-ATV).

As galerias ripícolas que circundam os afluentes do Douro são de grande importância para a biodiversidade global, derivado do facto de representarem zonas de refúgio para muitas espécies que os troços correspondentes ao Douro regularizado não podem albergar. A conservação dos corpos de água e galerias ripícolas são especialmente importantes para os répteis mais aquófilos. Todavia, para a generalidade dos répteis, a máxima diversidade está associada aos matagais mediterrânicos ou aos mortórios, especialmente no que concerne aos lacertídeos e colibrídeos. O sector envolvente á foz do rio Tua, devido á alta densidade de matos sobre substrato granítico, tem sido apontado como a área com superior diversidade deste grupo.

O interesse pela pesca desportiva no Rio Douro é por demais visível: ao longo das margens do Douro encontram-se durante os fins-de-semana centenas de pescadores, a maior parte deles deslocando-se dezenas de quilómetros (os inquéritos realizados evidenciam que as licenças de pesca nacionais ultrapassam as concelhias) para desfrutar o magnífico cenário e as boas condições para a prática da modalidade. As espécies preferidas e que aqui continuam a pautar pela abundância são essencialmente ciprinídeos. Infelizmente, as espécies anádmomas, isto é os migradores que se deslocam do mar para desovar nos rios, com o sável, savelha, truta-marisca (, e lampreia, outrora abundantes e que permitiam a manutenção da pesca profissional, são hoje praticamente inexistentes. Existem ainda outras espécies de menor porte, portanto menos desejadas pelos pescadores, mas de grande interesse conservacionista. A fauna piscícola do Rio Douro sofreu alterações radicais com a regularização: a maior parte das espécies típicas sofreu forte diminuição por se adaptar com dificuldade a um novo tipo de ecossistemas constituídos pelas albufeiras, as quais implicaram a destruição dos habitats de desova. O caso é ainda mais evidente com os migradores, devido á sua dificuldade em ultrapassarem os obstáculos constituídos pelas barragens, apesar destas terem instalados dispositivos de transposição por sistemas de comportas em circuito fechado e que se designam por eclusas Borland. Inversamente, as espécies exóticas passaram a dominar. Estas são bem mais

tolerantes á degradação das condições ambientais, especialmente as que resultam da contaminação orgânica.

Os ambientes próximos das linhas de água apresentam também uma elevada diversidade de avifauna, especialmente de passeriformes, em virtude do efeito de bordadura criado pela transição entre o meio aquático e terrestre. Só nas zonas envolventes das albufeiras de Carrapatelo, Régua e Valeira referenciam-se 138 espécies de aves (aproximadamente 50 % dos efectivos a nível nacional), cujo número aumenta em paisagens em mosaico, com misto de bosques e áreas agrícolas ou matos altos. A sua diversidade aumenta para montante, em resultado do menor grau de intervenção humana. Este facto é particularmente evidente para o grupo das rapinas, que se localizam nas zonas mais escarpadas que limitam as albufeiras e seus afluentes. É preciso realçar que a grande maioria das espécies de aves com estatuto de conservação estão ligadas a uma paisagem em mosaico constituída por bosquetes e matos, onde nidificam ou encontram refúgio, alternados com espaços abertos onde podem obter alimento. É o caso do gavião, rola, noitibó ou corvo.

4) A conservação na bacia do Douro

A nova Administração de Região Hidrográfica do Norte está a proceder à elaboração do Plano de Região Hidrográfica do Douro, o que exige uma articulação do ponto de vista de ordenamento territorial com Espanha devendo ambos os países deverão envidar esforços coordenados para se atingirem os objectivos da Directiva Quadro da Água, o que implica a obtenção do Bom Estado Ecológico das respectivas massas de água. Uma tarefa de grandes dimensões avizinha-se, mas as novas grandes barragens a instalar vão criar um desafio de grandes proporções.

Joaquim Gonçalves

Delegação do Norte e Douro do Instituto Português Transportes Marítimos

Do rio “de mau navegar” à actualidade

Desde tempos imemoriais que o rio Douro constitui um importante meio de comunicação e de transporte dos produtos da região, tendo sido até finais do século passado a sua única via de acesso.

A navegação fluvial era perigosa e cheia de dificuldades de tal modo que o Douro era designado “o rio de mau navegar”. O forte declive do rio, as curvas apertadas, as rochas salientes, os caudais violentos, as múltiplas irregularidades, os rápidos e os inúmeros “saltos” ou “pontos” tornavam a navegação numa trágica aventura.

Com o aproveitamento hidroeléctrico do Douro Nacional que se traduziu na construção das barragens, criaram-se albufeiras de águas tranquilas que proporcionaram imensas possibilidades de modernização da via navegável.

Desde a criação do Gabinete da Navegabilidade do Douro (GND), passando pelo Instituto de Navegabilidade do Douro (IND) e actualmente a Delegação do Norte e Douro do Instituto Português e dos Transportes Marítimos, foi sempre um objectivo comum “promover a navegação e as actividades com ela relacionadas, contribuindo para o desenvolvimento social e económico das regiões que com o Douro tem uma relação de proximidade.

Manuel Pinho de Miranda

EDP - Gestão da Produção de Energia

Principais aproveitamentos hidroeléctricos portugueses do rio Douro

Nesta comunicação apresenta-se um resumo da história da construção dos principais aproveitamentos hidroeléctricos do Douro e os condicionamentos e características mais relevantes desses aproveitamentos.

Descreve-se a forma de exploração das centrais hidroeléctricas, a sua importância na segurança do abastecimento eléctrico nacional e na optimização do aproveitamento da energia eólica e apresenta-se uma perspectiva de futuros desenvolvimentos de produção de energia hidroeléctrica na bacia do Douro.

Finalmente, refere-se a importância estratégica da criação de reservas de água nos afluentes do rio Douro e a utilização das albufeiras com outras finalidades.

Álvaro Domingues

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Douro Vinhateiro – paisagem e representação 2



Valença do Douro – foto Álvaro Domingues, 2009

“(…) Era este território, nos tempos antecedentes, um dos mais pobres do reino, o que se prova pela pobreza com que antigamente se edificava em todo elle, não se vendo hoje nem ainda vestígios de um só edificio antigo magnifico e sumptuosos; porque supposto se encontrem agora n’elle a cada passo excellentes casas com magnificencia, e muitos bons templos, tudo isto é fabrica moderna, e tem sido edificada há poucos tempos, achando-se difficultosamente um d’estes edificios que possa contar cem annos”

FONSECA, Francisco Pereira Rebelo da, Memoria Sobre o Estado da Agricultura, e Commercio do Alto Douro, in Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Tomo III, Lisboa, 1791.

No início do séc. XVIII, aquando do tratado de Methuen e mais de cinquenta anos antes da demarcação da região vinhateira, eram já os motores da globalização (a Inglaterra e o seu império político e económico) que agitavam a região e, desde então, nunca mais parou o rolar dos pipos, o desassossego dos “comissários” da compra de vinhos e lavradores, os interesses e as suas organizações, o controlo dos preços e das falcatruas, o empenhamento do Estado, as trocas por bacalhau, panos ou madeiras do Brasil, as triangulações das trocas e dos capitais. Desde que Portugal foi global com os Descobrimentos, já as cordas vinham do cânhamo da

² Texto adaptado do livro “Douro a la Carte”, Ed. de Risco, Porto, 2009 (texto e edição de texto de Álvaro Domingues e fotografias de João Paulo Sottomayor)

Veiga da Vilariça e aí se localizava um braço da cordoaria do reino.

O Douro está sempre entre senhores e escravos da terra, dúvidas e sobressaltos, glórias e verdadeiras pragas bíblicas como as enchentes que o rio tinha e as *sezões* que matavam em verões escaldantes e gente mal confortada de corpo e de espírito.

Hoje o Douro Vinhateiro é Património da Humanidade. Paisagem esteticizada, patrimonialização, competitividade económica, declínio demográfico, turismo, barragens, linhas férreas desvitalizadas, excepcionalidades e vida quotidiana convivem por entre as suas contradições. A “paisagem” explica tudo.

Ana Lavrador

Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa

A representação da paisagem, um valor no marketing dos vinhos e no desenvolvimento turístico das regiões vinhateiras

Esta comunicação integra resultados de um capítulo da tese de doutoramento da autora, centrada na paisagem, no mercado e no desenvolvimento de cinco emblemáticas regiões vinhateiras de Portugal: Vinhos Verdes, Douro, Dão, Bairrada e Alentejo (Lavrador Silva, 2008). O principal objectivo é analisar o papel da paisagem na promoção vínica e turística das mencionadas regiões. Defende-se que a utilização da paisagem enquanto imagem promocional ajuda a divulgar o vinho, reforçando a sua colocação nos mercados nacional e internacional, bem como a construir a ideia das regiões vinhateiras como destinos turísticos, ambos com grande significado no desenvolvimento regional e na economia do país.

Numa época em que impera uma nova ordem económica, assente na economia global e na mecanização, há uma tendência para a simplificação e especialização do mosaico agrícola, em particular nas áreas de maior aptidão para a produção vitivinícola, caso das Denominações de Origem Controlada (DOC), de acordo com a regulamentação comum à UE. As representações promocionais podem ajudar a combater a descaracterização da paisagem e constituir importantes vias de criação e/ou reforço da identidade das regiões vinhateiras. Com efeito, a divulgação de valores ambientais e culturais insubstituíveis, por vezes únicos, ajuda a defender os mesmos, assim como abre novas oportunidades às regiões vinhateiras no âmbito do rural multifuncional, ao encontro do protagonizado pelos governos europeus relativos à preservação das paisagens e ao desenvolvimento rural, apoiados na Política Agrícola Comum (PAC) e nos Projectos de Iniciativa LEADER e PRODER.

Esta investigação efectua uma abordagem integradora de diferentes actuações promocionais, contabilizando produtores, entidades turísticas (empresas transportadoras e postos de turismo) e organismos oficiais. Como fonte de informação recolheram-se 260 documentos promocionais (brochuras, calendários, portefólios, outros), relativos às cinco regiões demarcadas. No tratamento da informação, as imagens foram classificadas em categorias (Paisagem, Marca Comercial e Turismo), submetidas a uma análise de conteúdo suportada na Teoria de Cohen (1996, *in* Sarmento, 2004) e exploradas pela técnica estatística.

Esta investigação efectua uma abordagem integradora de diferentes actuações promocionais, contabilizando produtores, entidades turísticas (empresas transportadoras e postos de turismo) e organismos oficiais. Como fonte de informação recolheram-se 260 documentos promocionais (brochuras, calendários, portefólios, outros), relativos às cinco regiões demarcadas. No tratamento da informação, as imagens foram classificadas em categorias (Paisagem, Marca Comercial e Turismo), submetidas a uma análise de conteúdo suportada na Teoria de Cohen (1996, in Sarmento, 2004) e exploradas pela técnica estatística Análise Factorial de Correspondências Múltiplas. As conclusões foram cartografadas através de um SIG.

Como resultados, distinguem-se “marcas fortes” com maior expressão na promoção e “marcas fracas” ou menos representadas. Reconhecem-se interesses das entidades emissoras através do destaque dado à categoria Paisagem face às categorias Marca vínica e Turismo, o que expressa graus de sensibilização às paisagens e à sua operacionalidade na promoção dos sectores vitivinícola e turístico. A convergência e/ou divergência entre as imagens de marketing de produtores e o das entidades turísticas das diferentes regiões são ainda representativos da coesão entre actores sociais, referida como dimensão chave de desenvolvimento, nos diferentes instrumentos de planeamento e de gestão dos espaços rurais.

Adicionalmente, confrontam-se signos e símbolos iconográficos utilizados na promoção das categorias em avaliação (Paisagem, Marca e Turismo), a fim de detectar preferências e eventuais lacunas constantes dos documentos promocionais analisados, dando-se sugestões de representações promocionais que conjuguem a paisagem, a criatividade e as novas tecnologias.

Lavrador Silva, A.L., 2007. *Paisagens de Baco: Identidade, Mercado e Desenvolvimento- Um estudo de percepção e de representação aplicado às regiões vinhateiras dos Vinhos Verdes, Douro, Dão, Bairrada e Alentejo*, Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Évora, Outubro 2007.

Sarmiento, J., 2004. *Representação, Imaginação e Espaço Virtual: Geografias de Paisagens Turísticas em West Cork e nos Açores*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

Nuno Pizarro Magalhães

Departamento de Fitotecnia e Engenharia Rural da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

O Douro e a intervenção humana na construção da vinha

Embora de origens muito remotas, a cultura da vinha na região do Douro começa a assumir importância a partir dos finais do século XVII através das primeiras exportações de vinho para Inglaterra. Os volumes exportados crescem depois exponencialmente até meados do século seguinte, mas a qualidade passa a ser frequentemente inferior, fruto de fraudes geradas pela ganância de produtores e comerciantes. Para fazer face a esta crise que se agudizava, o Marquês de Pombal procede à Demarcação da Região do Douro (RDD), constituindo então a primeira demarcação com regulamentação a nível mundial. Em épocas seguintes esta Demarcação sofreu alterações na sua área geográfica, no sentido de serem exploradas as zonas de maior potencial qualitativo e de ser ajustada a procura com a oferta.

Actualmente a RDD abrange uma área total de 250 000 hectares, dos quais apenas cerca de 45 000 ocupados com vinha, que inclui partes dos distritos de Vila Real, Bragança, Guarda e Viseu, e que se estende ao longo da bacia hidrográfica do rio Douro, de Barqueiros um pouco a jusante de Mesão Frio, até Barca Dalva na fronteira com a Espanha, e limitada nos seus contornos, em altitude pelas cotas dos 500/600 metros, e nalguns locais por manchas graníticas onde o Vinho do Porto seria de inferior qualidade. A Região divide-se em três sub-regiões em função das suas características climáticas: o Baixo Corgo a ocidente, que ao receber ainda alguma influência Atlântica sofre uma precipitação anual média da ordem dos 900mm e onde o clima em termos de temperaturas estivais é mais ameno do que as restantes, o Cima Corgo no coração da Região caracterizado por temperaturas mais elevadas e uma precipitação média anual da ordem dos 600mm, e o Douro Superior, a partir de S. J. da Pesqueira até à fronteira espanhola, de clima tipicamente mediterrânico, com Invernos frios e Verões muito quentes e secos, onde a precipitação média anual se situa na ordem dos 400/500mm sendo contudo frequentes anos em que ela não ultrapassa os 200mm. A maior densidade, de vinhedos maioritariamente de minifúndio, e populacional, ocorre no Baixo Corgo, diminuindo para o Cima Corgo, aí já com grande representatividade de Quintas de elevada dimensão, reduzindo-se ainda mais no Douro Superior, sub-região onde, no entanto, nos últimos anos vem sendo plantada com vinhas também de grandes dimensões, muitas delas pertencentes a Casas exportadoras de Vinho do Porto ou a produtores que aí

estão investindo, dado o elevado potencial para a produção quer de Porto quer de vinhos de consumo DOC Douro, de alta qualidade.

A RDD caracteriza-se por uma orografia muito irregular, traçada segundo encostas de exposições diversas, geralmente com declives acentuados, entrecortada pelos vales estreitos dos afluentes. Enquanto o baixo Corgo mostra uma paisagem onde domina claramente a cultura da vinha, em pequenas parcelas bordadas com oliveiras, já o Cima Corgo é uma manta de retalhos, constituída por vinhas de dimensão e sistematização diversas, por olivais extremes mais raramente em bordadura, e por matos, quer naturais e virgens, quer outrora ocupados com vinha no período pré-filoxérico constituindo os “mortórios”. É de realçar o extraordinário valor botânico destes matagais originais, com idades entre os 20 e os 40 milhões de anos, que constituem ecossistemas onde coabitam em total harmonia várias centenas de espécies arbustivas e arbóreas, quer de origem mediterrânica, quer atlântica pertencentes à Laurissilva, quer ainda algumas de origem tropical.

Sob o ponto de vista geológico, a RDD pertence ao Pré-Câmbrico, cujos solos originais são designados por Leptossolos, caracterizados pela ocorrência de rocha-mãe, neste caso de xisto, contínua e coerente, a menos de 50cm de profundidade (líticos quando a menos de 10cm), geralmente ácidos (dístricos). Dado que a videira é uma planta perene que permanece em cultura por várias dezenas de anos, e porque a água disponível no solo é escassa nas camadas mais superficiais durante o Verão, as suas raízes necessitam de um volume de solo considerável para que possam extrair os nutrientes, e a água em profundidade. Então há que construir um novo solo, por destruição da rocha-mãe até uma profundidade média entre 1 e 1,5m, antes da instalação da vinha. Este novo solo é designado por Antrossolo (criado por intervenção do homem), caracterizado por um horizonte cultivado constituído por uma mistura de terra, pedra miúda e calhaus, assente na rocha-mãe de xisto, a qual permite por sua vez a penetração de raízes da videira, através das suas fissuras, até profundidades de vários metros. Desde sempre o Homem teve necessidade de construir solo no Douro e de domar a encosta para permitir plantar as videiras, cultivar a vinha e contrariar a erosão num terreno agora desprotegido pela falta da cobertura herbácea e arbustiva, entretanto removida.

Ao longo da história da Região foram diversas as soluções adoptadas para a sistematização das encostas e posterior surribo. Antes da invasão da filoxera, insecto acidentalmente introduzido a partir da América, e que de 1872 e durante cerca de 20 anos subsequentes, destruiu a quase totalidade dos vinhedos durienses, eram construídos calços, suportados por muros de pedra seca, de

pouca altura e contornos irregulares para acompanharem os contornos da encosta, em cuja superfície horizontal designada por geio, eram plantados os “bacelos” das castas segundo 1 ou 2 fiadas de videiras, após a surriba. Todos estes trabalhos eram naturalmente realizados com ferramentas diversas, mas sempre a força de braço, num esforço exaustivo, sob condições climáticas extremas. Uma vez vencida a filoxera pela plantação de variedades de videira americanas, sobre as quais eram enxertadas as castas europeias, alguns dos antigos geios foram replantados, mas a maioria das novas vinhas foram então construídas de raiz, tendo sido adoptadas duas formas de sistematização do terreno de encosta, uma segundo calços com muros de pedra geralmente de grande dimensão, chegando a atingir mais de 4 a 5 metros de altura, que separavam plataformas algo inclinadas com várias fiadas de videiras, e outra segundo parcelas de maior dimensão acompanhando de perto o declive natural da encosta onde as videiras eram plantadas segundo as curvas de nível, também intercaladas por muros então de muito menor dimensão. Mas a sua construção continua a respeitar surribas profundas, executadas sem recurso a máquinas, que só mais tarde, na década de 70 chegariam à Região.

É então neste período, pela escassez de mão-de-obra e aumento dos salários e custos de produção que se dão os primeiros passos não só na construção das vinhas mas também nas operações culturais. Com a ajuda de potentes bulldozers são construídos patamares com talude em terra com terraços horizontais, com cerca de 4 m de largura, comportando dois bardos de videiras. Se os custos de instalação e de manutenção passam a ser substancialmente mais reduzidos, surgem graves problemas de erosão e de impactos negativos na paisagem provocados pela imagem de taludes despídos, com 3, 4 ou mais metros de altura. Surge então a solução alternativa da construção de plataformas inclinadas onde as linhas de videiras se dispõem segundo o maior declive (“vinhas ao alto”). Esta forma, embora pouco difundida inicialmente, mas recentemente adoptada de forma mais generalizada, permite uma mecanização quase integral, diminui os riscos de erosão e não agride visualmente a paisagem. No entanto, esta solução só é viável até 40% de declive do terreno, pois para valores superiores não é possível a mecanização directa, e o trabalho manual torna-se muito penoso e difícil. Nesse caso, ou mesmo para declives inferiores como opção, recorre-se hoje em dia a patamares mais estreitos, comportando uma só fiada de videiras, com taludes de altura substancialmente menor, e com declive no sentido longitudinal da ordem dos 3% para limitar os problemas de erosão.

O panorama actual da paisagem vitícola da RDD inclui: mortórios abandonados agora novamente colonizados pela vegetação autóctone; outros, poucos, replantados com vinha e também com oliveiras; socalcos tradicionais pós-

filoxéricos de muros altos ou os mais largos e mais inclinados separados por muros de pequena dimensão; patamares para 2 bardos com taludes altos em terra, ou mais estreitos para 1 bardo, com taludes muito mais reduzidos; vinha ao alto, adaptação de geios largos antigos a novas formas de mecanização e granjeio das vinhas; vinhas relvadas numa perspectiva de viticultura biológica e de valorização visual da paisagem; olivais de bordadura ou extremes; amendoais no Douro Superior; matagais ainda virgens, de elevada riqueza florística. Por tudo isto e muito mais a RDD foi considerada pela UNESCO Património Mundial.

José Portela

Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento da
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

**Gentes de fora e de dentro num “coração do Douro”,
mais seus ócios e negócios**

A comunicação visa apresentar uma “ecografia” do concelho de S. João Pesqueira, um bem da Humanidade, amiúde localmente designado como “o coração do Douro”. Trata-se de um território sob mudança constante, com orlas e cidades movediças, e modelado e erguido por variadas gentes de fora e de dentro. Entre outros, os viajantes, visitantes e turistas; galegos, serranos e «romenos»; migrantes, senhoras e senhores do além-Douro.

Na Pesqueira achamos um território e uma sociedade local divididos em dois mundos interdependentes: o dos povoados e o das quintas. O corpo é rural, mas há muitos traços de feição urbana, desde os ócios recentes aos negócios antigos. Os *lavradores* e as suas unidades são igualmente muito heterogéneas — há desde *arrobeiros* a grandes grupos empresariais — e as tendências da agricultura local são bem vincadas.

A imagem de S. João Pesqueira que revelamos impele-nos para um território-sociedade relativamente ignoto, que não é nem local, nem global, mas translocal, e onde o presente e futuro estão sob construção esforçada e muito dependentes do todo luso e europeu.

Laura Regueiro

Quinta da Casa Amarela, Vice-Presidente da Liga dos Amigos do Douro Património Mundial

Enoturismo Um projecto familiar A Quinta da Casa Amarela

"Em estreitos vales e acrobáticos terraços dormem riquezas à espera de serem descobertas." *Marie Line Darcy*

Situada num destes vales, o vale de Cambres, fica a Qta. da Casa Amarela, Quinta tradicional na posse da mesma família desde 1875 - a meio caminho entre a Régua e Lamego - na mais antiga região demarcada e regulamentada do mundo - o Douro - dentro da zona classificada pela UNESCO como património mundial, em Dezembro de 2001.

A propriedade com cerca de 15 ha de vinha, é parte integrante de um património vitivinícola de cerca de 45.000 ha, distribuídos aproximadamente por 39.000 viticultores.

Viticultores que foram capazes de levar a cabo um empreendimento colectivo, que rivaliza em dimensão e capacidade com qualquer dos grandes monumentos da Antiguidade. Mas ao invés dos templos do passado que se vão desmoronando, esta obra enraíza-se no solo. Aqui não existem sacrifícios vãos. O sacrifício que se oferece neste altar de montanha é o trabalho e o esforço de toda a vida de um Homem, nutrindo no xisto árido e na poeira, essa divina dádiva a vinha -, presente nesta paisagem, pelo menos, desde a época da romanização.

Por isso, o Douro, constituiu desde sempre um corredor de povos e culturas que ilustram na paisagem os diferentes períodos da história humana. Uma paisagem cultural evolutiva e viva, obra combinada do Homem e da Natureza, animada pelo sangue e esforço de Homens e Mulheres que sacrificaram as suas vidas ao mistério da vinha.

Um altar de montanha com base num rio, resultado da simbiose perfeita entre o Homem e a Natureza, um poema geológico no dizer de Miguel Torga.

Mas a manutenção deste património cultural de excepcional valor paisagístico, corre o risco de degradação, decorrente dos seus elevados custos produtivos. E,

por isso, tornou-se imperativo e necessário diagnosticar e desenvolver novas âncoras, tais como: o vinho (Porto e DOC) e o turismo, que poderão tornar-se nos principais recursos para o desenvolvimento do território, aliando sempre a imagem de marca à ideia de qualidade e excelência, a que tem de estar associado todo o Vale do Douro nas suas variadas valências.

Foi com base neste articulado, que a Qta. da Casa Amarela, em 1996, abriu as suas portas, dando então os primeiros passos no enoturismo, como aderente à Rota do Vinho do Porto.

A preocupação imediata foi tentar perceber o conceito "o que é o enoturismo?" Não sendo nenhum de nós expert na matéria, a única mais valia era e é resultante de valores educacionais. Receber com simpatia, afabilidade, bom acolhimento, dando sempre o melhor que dentro dos portões existe, é o lema vivido e seguido nos mais diversos momentos.

Entender por enoturismo, uma variante da actividade turística que se limita a dar a apreciar os sabores e os aromas dos vinhos, numa envolvente de boa hospitalidade, parecia-nos um conceito demasiado redutor. Tornava-se necessário aprender e, como vivemos num mundo global, facilmente se experimentam novos contextos culturais que possibilitam aprendizagens que nos vão enriquecendo. Visitas a outras regiões vinhateiras com rotas de vinho a funcionar, como a Rota da Alsácia, a Rota da Áustria e a Rota Italiana da Toscana, foram extremamente esclarecedoras e ajudaram na definição da tipologia de turismo a desenvolver.

Enoturismo é cultura no seu conceito mais lato (a cultura do vinho está sempre em qualquer outra) e, no seu conceito mais restrito, continua a ser cultura mais... cultura de vinho, com uma forte componente educativa, pedagógica em termos de objectivo, servindo-se para isso de estratégias lúdicas.

Enoturismo exige de nós criatividade, de forma a quem nos visita, não se limitar a ser um mero observador passivo. Há que fazer sentir a nossa cultura, a nossa terra, os nossos costumes, dar a conhecer as nossas histórias, a nossa gastronomia, educar na descoberta dos aromas, fazer compreender e perceber todo o processo produtivo vínico, descobrir novos sabores (o pão, o azeite, a fruta) - compreender a paisagem, o território.

Têm sido estes os pilares de suporte à actividade desenvolvida na Quinta, com ofertas turísticas variadas, criativas, inovadoras, como: Jogo do Vinho, Jogo dos Sabores e Aromas, Mini-cursos de Prova, A Escolinha do Vinho, Lagaradas, Vindimas à Mesa, Vinho e Música, Viva a Vinha, etc.

Com uma capacidade máxima para 50 pessoas e 2000 turistas/ano, a Quinta da Casa Amarela sofre, como a maioria das unidades neste sector, de sazonalidade dentro da actividade, que é preciso contrariar. Para isso, a solução passa por unir esforços, proporcionar trabalho em rede entre os agentes económicos do sector, unificar critérios, definir controlo de qualidade, para que o Enoturismo se torne num sistema turístico integral e integrador de um território, onde é fundamental a mutualização de uma visão estratégica global.

Projecto “O meu jardim na Europa”

Agrupamento de Escolas de Lamações

Isabel Ferreira

Joaquim Mota

Oito passos à volta do pátio

Através do conhecimento do Projecto “Oito passos à volta do pátio” existente na APG, dois professores da EB2,3 de Lamações, em Braga, sugeriram a uma educadora de infância do mesmo Agrupamento tentar implementar no terreno o referido Projecto.

Considerando que no tempo presente o ser humano não se move apenas no espaço restrito do seu bairro, cidade ou mesmo país e que a globalização é uma realidade vivida por todos diariamente, a educadora considerou que seria um desafio interessante, em termos pedagógicos e didácticos, sensibilizar as crianças de cinco anos, deste nível de ensino, para estas questões.

A partir do material fornecido pela APG começou-se a estimular as crianças para o espaço envolvente, tendo gradativamente percorrido as seguintes etapas:

- Elaboração do mapa mental do recreio do Jardim de Infância, após uma observação do mesmo;
- Análise dos trabalhos efectuados e avaliação dos mesmos, seguido de novo registo;
- Observação do recinto escolar a partir de um ponto elevado. Registo e avaliação desta observação.
- Procura do Jardim de Infância no Google Earth e enquadramento do mesmo na cidade de Braga;
- Localização da cidade de Braga no mapa de Portugal Continental;
- Estudo da rosa-dos-ventos;

A partir deste momento começou a notar-se o envolvimento e feed-back positivo dos encarregados de educação com informações, documentação e opiniões sobre o Projecto, participando, em alguns casos, com a oferta espontânea de materiais.

- Identificação de elementos geográficos relevantes (rios, serras e cidades) no mapa de Portugal;
- Localização de Portugal na Europa;
- Localização da Europa no Globo terrestre.

Em conclusão, consideramos que o Projecto tem sido aliciente e estimulador para todas as crianças do grupo (quer para as que participam directamente nas investigações quer para as que o acompanham na retaguarda).

Todas as actividades tiveram uma perspectiva lúdica (não esquecendo as características psíquicas e desenvolvimentais destas crianças) e desenvolveram nas mesmas o espírito científico e a curiosidade em procurar novos conhecimentos.

Assim, a sensibilização desta didáctica nestas idades poderá trazer “frutos”, no futuro, quer no interesse por estas temáticas, quer no desenvolvimento da cultura em geral e geográfica em particular.

GEORED

Francisco Melo Ferreira

Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho

GEORED – Recursos Educativos Digitais no ensino da Geografia

As Tecnologias de Informação e Comunicação criaram um conjunto de novas ferramentas de localização e de representação espacial que tornaram acessíveis a qualquer pessoa possibilidades antes reservadas a especialistas. Expressões como Cartografia na web, Mapas digitais ou mesmo Neogeografia, são cada vez mais frequentes para caracterizar essas alterações. Por outro lado, o volume de informação com referência geográfica disponibilizada na Internet não pára de aumentar.

A escola não pode passar ao lado destas mudanças devendo, pelo contrário, integrar estas novas ferramentas nas práticas educativas. Essencialmente por duas ordens de razões: a) não se pode passar ao lado da informação e dos sistemas de representação disponíveis, por exemplo, nos sites do Instituto Nacional de Estatística (<http://www.ine.pt>), do Instituto da Água (<http://snirh.pt>) ou do Eurostat (<http://epp.eurostat.ec.europa.eu>); b) o verdadeiro sentido da utilização destes sistemas de informação encontra-se no seu enquadramento num pensamento geográfico/espacial.

Com esta apresentação pretende-se divulgar um novo website que demonstra as possibilidades e as vantagens da utilização de Sistemas de Informação Geográfica e de outras ferramentas digitais na aprendizagem da Geografia nos Ensinos Básico e Secundário. O GEORED Recursos Educativos Digitais no ensino da Geografia resultou duma parceria entre a Direcção Geral da Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC), o Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT), a Associação de Professores de Geografia (APG) e o Instituto Geográfico Português (IGP). Inicialmente dirigida para a realização de acções de formação para professores, a parceria veio a resultar no projecto de criação de um website financiado pela DGIDC.

Um dos princípios do GEORED é o da coerência entre a informação geográfica, o software que permite tratar essa informação, a abordagem pedagógica presente nos guiões de recursos e a partilha de investigação e conhecimento através da bibliografia referida no site.

O GEORED, disponível no endereço <http://www.geo-red.org>, contém já um número significativo de recursos, muitos dos quais testados em sala de aula, elaborados por uma equipa de professores que frequentaram inicialmente acções de formação sobre este tema. Pretende-se que seja um site dinâmico pelo que inclui algumas funcionalidades especialmente adequadas a uma forte interacção com os professores. Os utilizadores registados podem adicionar comentários pessoais e propor novos recursos. A partilha de experiências e a possibilidade de desenvolver novas ideias são oportunidades a explorar através de um fórum. Um módulo de novidades divulgará iniciativas nesta área a nível nacional e internacional.

O GEORED pode assim vir a constituir um ponto de encontro indispensável para todos os professores que pretendam enriquecer as suas estratégias de ensino com as potencialidades de novas ferramentas tecnológicas.

Paulo Moura

Divisão de Planeamento e de Coordenação e Desenvolvimento Económico
Câmara Municipal de Peso da Régua

Regeneração urbana – Frente Douro, um projecto de parcerias com sucesso

FRENTE DOURO - Parcerias para a Regeneração Urbana da Zona Ribeirinha do Peso da Régua é um projecto elaborado no âmbito de uma das vertentes consagradas na Política de Cidades - POLIS XXI, apresentado e aprovado em consonância com o Regulamento Específico para o eixo de acção definido no Programa Operacional Regional do Norte 2007/2013, do Quadro de Referência Estratégica Nacional, e constitui uma estratégia de combate às assimetrias regionais.

A área de intervenção é a frente ribeirinha da cidade do Peso da Régua, elemento identificador da história deste território e das suas gentes, contando com o Douro enquanto valor ambiental, paisagístico e meio de acessibilidade, e assumindo-se como a porta de entrada na região.

O elenco de operações materiais e imateriais que constituem o plano de acção e todo o seu conteúdo programático, foram definidos em articulação directa com os vários documentos de orientação estratégica, planeamento e regulamentares que tem incidência directa ou indirecta sobre a área de intervenção.

A sustentabilidade das operações preconizadas verifica-se em vários domínios: Estratégico, Económico, Social, Turístico, Cultural, Patrimonial, Ambiental e Ordenamento.

A intervenção é feita num cenário prospectivo, combinando oportunidades de regeneração física com objectivos multi-sectoriais de desenvolvimento urbano, tendo como objectivos gerais:

- Requalificação urbana da zona a intervencionar;
- Reordenamento da malha urbana, através de projectos específicos para a requalificação viária e criação de novos espaços públicos;
- Promoção do turismo, cultura e lazer e outras actividades economicamente compatíveis, tornando a zona ribeirinha num pólo de animação permanente para residentes e visitantes;

- Intervenções físicas ao serviço de uma visão mais integradora de transformação da cidade em espaços de coesão social, de competitividade económica e de qualidade ambiental.
- Afirmar a identidade diversificada desta área e o seu contributo potencial para a renovação da economia urbana.

A concretização do projecto FRENTE DOURO conta com o comprometimento generalizado de várias entidades locais, regionais e nacionais, sustentado na formalização de parcerias com a entidade coordenadora de todo este processo, o Município do Peso da Régua, e consubstanciado num Protocolo de Parceria Local.

O plano de acção encontra-se neste momento em fase de implementação.

Conferência de Encerramento

Alexandra Cerveira Lima

Direcção do Parque Arqueológico do Vale do Côa

O Parque Arqueológico e o Museu do Côa (1996 - 2010)

Percurso por 25 000 anos na história de um território

O Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC) foi inaugurado em Agosto de 1996 com o objectivo de gerir, proteger, musealizar e organizar a visita pública da arte rupestre que veio a ser classificada em 1998 pela UNESCO como Património da Humanidade. No sentido de criar um contexto simultaneamente de inteligibilidade e protecção à arte rupestre, foi delimitado um território com 20 000 hectares, marginando os últimos 17 quilómetros do curso do rio Côa e a sua confluência com o Douro.

Este território integra parcelas dos actuais concelhos de Vila Nova de Foz Côa, Figueira de Castelo Rodrigo, Meda e Pinhel. Nele foram entretanto identificados mais de oito centenas de rochas historiadas, contendo, cerca de metade, arte paleolítica. A carta arqueológica do Parque regista também oito dezenas de sítios de habitat datáveis da Pré-História Antiga, a maioria atribuíveis aos caçadores que gravaram os painéis rochosos. Território de baixa densidade, o património arqueológico mais antigo, datado de entre 25 000 e 10 000 anos antes do presente, pôde perdurar.

A área central e meridional do Parque Arqueológico corresponde também à ZPE do Vale do Côa (Rede Natura 2000). Esta zona soma ainda o estatuto internacional de IBA do Vale do Côa (Important Bird Area, segundo a ONG BirdLife International).

Correspondendo a uma opção política de parar as obras da barragem do Baixo Côa para estudar, salvaguardar e valorizar o património arqueológico, em torno do papel do Parque Arqueológico geraram-se expectativas de desenvolvimento na região. Foram criadas diversas entidades com sede em Vila Nova de Foz Côa: para além do Parque Arqueológico do Vale do Côa, o Centro Nacional de Arte Rupestre e o PROCÔA, mais tarde a AIBT do Vale do Côa. Na sequência do Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico encomendado pela Associação de Municípios do Vale do Côa e datado de 2007, a mesma entidade assentou a recente candidatura ao PROVERE “Turismo e Património no Vale do Côa”, no recurso endógeno que é a arte rupestre do Vale do Côa, sendo duas pedras basilares o Parque Arqueológico e o Museu do Côa. Neste momento em

conclusão, o Museu do Côa corresponde a uma nova fase na divulgação da arte do Côa e dinâmica da região.

Procuraremos nesta sessão fazer um balanço do que têm sido as forças e fraquezas do PAVC e destacar os vectores mais relevantes do passado recente e do presente do Parque Arqueológico e da região do Côa, numa perspectiva de estudo, salvaguarda, ordenamento do território, e capacidade de captar visitantes e turistas para a região.

Lista de Participantes

Alcino António Lopes
Alda Maria M. G. Ramos
Ana Cristina Câmara
Ana Cristina M. Costa
Ana Isabel Sousa Dias
Ana Maria B. Marinho
Ana Maria C. C. S. Pereira
Ana Maria da Luz Moura
Ana Maria da Luz Tomás
Ana Maria S. P. Oliveira
Ana Maria S. R. Simões
Anabela Pereira Mesquita
Antónia F. C. O. Honrado
António Francisco V. M. de Almeida
António José A. Pires
António Manuel V. P. Palma
Áurea de Fátima P. F. Souto
Bernardette F. de Oliveira
Berta Maria D. P. S. Estêvão
Carla Maria S. Vicente
Carla Susana R. de Souto
Carlos Manuel S. Tarelho
Cristiana Maria P. de Almeida
Cristina Maria O. Domingos
Cristina Maria R. Adrão
Dulce Maria P. Rodrigues
Elsa Maria Sousa Ornelas
Emília Palmira C. T. Santos
Fernanda Maria N. P. Veiga
Fernando da Graça Almeida
Fernando Manuel P. Gomes
Francisco José C. Fernandes
Francisco Melo Ferreira
Henrique Manuel O. Martins
Isabel Amorim Costa
Isabel Dora L. Pinheiro
Isabel Emília A. Gomes
Isabel Fernanda M. Ferreira
Isabel Ginjeira
Isabel Maria B. Gomes
Isabel Maria C. Pereira
Isabel Maria S. Rodrigues
Isabel Maria G. Pinto
Isabel Maria P. A. A. Damião
Jaime Manuel A. Vieira
João Manuel D. Lourenço
Jorge Manuel S. Oliveira
José Emílio N. Albuquerque
José Manuel Pisco Barroso
Laura Maria M. Rodrigues
Ludgero Filipe N. Brioa
Luísa Maria S. Abreu
Luísa Maria S. C. Santos
Manuel Clara Simões
Manuela Natália A Costa
Margaretha M. Salvador
Maria Alice C. A. Cardoso
Maria Alice G. A. C. I. Leite
Maria Antónia F. Padrão
Maria Augusta F. D. Fernandes
Maria Beatriz Lino Lopes
Maria Bernardete C. Pereira
Maria Clarinda M. L. Trindade
Maria Conceição C. Ferreira
Maria da Conceição Ferreira
Maria da Glória Melo
Maria da Graça V. C. M. Silva
Maria de Fátima S. B. Lopes
Maria de Lourdes C. V. Ribeiro
Maria Delfina G. M. Leal
Maria Emília Padinha Brito
Maria Engrácia G. Nogueira
Maria Eulália V. S. Araújo
Maria Filomena Clemente
Maria Filomena Gil Mendes
Maria Helena A. O. E. A. Lobo
Maria Helena L. B. Magro
Maria Helena M. Farrajota
Maria Helena Vieira
Maria Isabel L. M. Cruz
Maria João M. Gaspar
Maria José P. V. de Carvalho
Maria José R. Ferreira
Maria Laurinda P. Castro
Maria Leonor M. de Carvalho
Maria Lúcia M. Nunes
Maria Margarida C. Fortuna
Maria Orlanda S. C.G. David
Maria Rogélia P. Costa
Maria Saudade T. S. C. da Silva
Maria Teresa F. Campos
Maria Tereza L. R. C. Falcão
Maria Teresa R. Lourenço
Maria Violante C. P. S. Pastor
Maria Vitória Albuquerque
Mariana Fátima M. Batouxas
Marília Carvalho D. Proença
Marília da Silva L. Cardoso
Miguel Inez Soares
Odete Fernandes Samorinha
Palmira Maria B. Amor
Patrícia Isabel S. Pinteus
Paulo Fernando H. Pais
Pedro Carlos M. A. Damião
Rosa Maria C. V. Beliz
Suzel do Carmo G. Nogueira
Telma Canavilhas
Teresa Paula R. S. Soares
Vera Márcia D. Moreira

Centro de Formação Professor Orlando Ribeiro

Algumas indicações importantes

- 1 – O XXIV Encontro Nacional de Professores de Geografia funciona também como Acção de Formação com o nome oficial de **07/2010 “Geografia, Património e Turismo”** com o registo de acreditação nº **CCPFC/ACC- 62291/10** e com a atribuição de **um crédito** . Neste caso é obrigatória a assinatura de folhas de presença, de acordo com os normativos em vigor. A não assinatura implica a marcação de falta ao fim do período respectivo (manhã/tarde).
- 2 - Só assinam folha de presença, os participantes cujo nome conste da lista de formandos.
- 3 - Os participantes em Formação Contínua devem cumprir um mínimo de 2/3 das horas previstas (pelo que não podem faltar mais de 8 horas)
Conforme estipulado no art.º 13.º, alínea 2 do Decreto-lei 207/96, de 02 de Novembro.
- 4 - O trabalho final de avaliação é individual e deverá obedecer aos requisitos constantes do verso. O cumprimento do prazo de entrega é fundamental para que todo o processo possa ser concluído atempadamente.
- 5 - Critérios de Avaliação
 - Participação nas sessões;
 - Elaboração de relatório crítico individual, segundo parâmetros a fornecer aos participantes *Ou* Elaboração de uma recensão crítica sobre um dos assuntos tratados durante os Trabalhos. A avaliação final terá em conta a assiduidade (peso1) e a classificação obtida no relatório (peso 2)
 - A classificação quantitativa, traduz-se numa escala de 1 a 10.A avaliação final terá uma menção qualitativa (Insuficiente; Regular, Bom, Muito Bom e Excelente) e o valor final da classificação quantitativa

- 5.1 - De acordo com a lei em vigor as faltas não podem exceder 1/3 do número de horas presenciais de cada acção. Deste modo o peso das faltas na classificação será o seguinte:

Horas de Falta (15h presenciais)	Valor (Escala de 1 a 10)
Sem Faltas	10
30m – 3.30h	9
4.00h – 6.00h	8
6.30h – 8.30h	7
+ 8h30	Reprova

- 6 - O certificado de frequência com aproveitamento, caso a ele haja direito, será emitido após o encerramento de todo o processo e enviado directamente para a morada indicada na ficha de inscrição ou outra a indicar para esse fim.
- 7 - A Acção de Formação é da responsabilidade do Centro de Formação da Associação de Professores de Geografia “Professor Orlando Ribeiro”. Só serão consideradas as inscrições,

com a ficha de inscrição devidamente preenchida à qual se juntará uma **fotocópia do Bilhete de Identidade**

(Por Favor, leia com atenção)

A - Relatório Crítico

Parâmetros de elaboração

- 1 – Introdução (*aspectos teóricos acerca da importância deste tema para a valorização pessoal e/ou profissional*)
- 2 – Razão da inscrição / expectativas
- 3 – Descrição das actividades em que participou (*Data, Local e Temas abordados*)
- 4 – Metodologia(s) seguida(s) e sua adequação (*Sessões plenárias; Visitas de estudo Mesa(s) redonda(s), Trabalho em grupo, Oficinas de trabalho (workshops)*)
- 5 – Materiais de apoio / documentação
- 6 – Satisfação das expectativas
- 7 – Sugestões para próximas realizações
- 8 – Conclusão / apreciação global

B - Parâmetros do "Paper"- recensão crítica

Introdução (razões da escolha do tema)

Enquadramento Teórico

Análise metodológica sobre o tema

Validação científica baseada nos autores que estudaram o tema

Conclusões

Bibliografia

Relatório com 6 a 10 páginas de texto (8 a 15 mil caracteres, podendo conter anexos ou fotografias) em suporte papel ou informático a entregar ou enviar para a Associação de Professores de Geografia, cfpor@netcabo.pt no prazo máximo de 30 dias, sem o que não poderá ser passado o Certificado de Creditação.

Poderá ainda enviar o relatório como trabalho na página do Centro de Formação na plataforma Moodle da APG (portal de formação - <http://www.aprofgeo.pt/moodle/> ou XXIV Encontro Nacional de Professores de Geografia

<http://www.aprofgeo.pt/moodle/course/view.php?id=45#section>)

(Tópico 2 - enviar como trabalho)

A Directora do Centro de Formação



(Maria Helena Magro)

Apoios



IPTM - Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P.
Delegação do Norte e Douro



Quinta do Seixo



Uma Organização

Ana Cristina Câmara
Emília Sande Lemos
Fernanda Prata Veiga
Isabel Ginjeira
Maria Helena Lobo
Maria Helena Magro
Miguel Inez Soares
Vitória Albuquerque

